



À
OCEMG
Organização e Sindicato das Cooperativas no Estado de Minas Gerais
At. Dr. Ronaldo Scucatto

Ref : Proposta Convenção Coletiva de Trabalho do Ramo Crédito-2020

Belo Horizonte 29 de outubro de 2020.

Prezados Senhores,

Com o intuito de anteciparmos as discussões sobre as novas cláusulas das nossas convenções em 2020, segue abaixo a nossa proposta com as cláusulas que sofrerão alteração e serão objetos de negociação, as demais cláusulas continuarão com a redação atual.

1º. REAJUSTE SALARIAL

Reajuste salarial no dia 1º de novembro de 2020 – data-base da categoria profissional – recompondo as perdas salariais do período de 01 de novembro de 2019 a 31 de outubro de 2020, **no índice de 4,50% (quatro vírgula cinco por cento)**, incidindo sobre os salários vigentes dos trabalhadores nas cooperativas no mês de novembro de 2019.

2º - PISO SALARIAL

Os pisos salariais não poderão ser inferiores aos seguintes níveis:

- Pessoal de Portaria, Serventes, Contínuos e assemelhados - R\$1.850,00(hum mil e oitocentos e cinquenta reais);
- Pessoal de Escritório - R\$2.450,00 (dois mil e quatrocentos e cinquenta reais);
- Caixa ou Tesoureiro - R\$2.450,00 (dois mil e quatrocentos e cinquenta reais).

3º - AJUDA ALIMENTAÇÃO - TICKET- REFEIÇÃO

As sociedades cooperativas concederão "Ajuda Alimentação", mediante fornecimento de Ticket-Refeição no valor de R\$ 38,00 (trinta e oito reais), em número invariável de 22 (vinte e dois) por mês.

4º.TAXA ASSISTENCIAL MENSAL

As taxas Assistenciais do Sindicato **não são objeto de negociação da nossa convenção coletiva**, foram aprovadas em Assembleia dos Empregados e serão inseridas na íntegra em nossa convenção, não havendo mais necessidade de citá-las no documento formal da proposta de negociação.



Em decisão da assembleia da categoria realizada ontem dia 28/10 foi decidido não reajustar o valor da taxa assistencial mensal.

Salientamos que as referidas taxas, estão consoantes ao que dispõe o artigo 611, da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e serão utilizadas exclusivamente para promover assistência e defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais de toda a categoria profissional, e deverão ser pagas por todos os trabalhadores, respeitado os prazos de oposição, pois foram aprovadas na Assembleia Geral dos Trabalhadores.

A cobrança de taxas assistenciais, além de expressamente prevista nos artigos 8º, inciso IV, da Constituição Federal e, artigo 513, alínea “e” da Consolidação das Leis do Trabalho, encontra-se autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Ordem de Serviço nº 1, de 24 de Março de 2009.

Sindicato dos trabalhadores em Sociedades Cooperativas do Estado de Minas Gerais
SINTRACOOP-MG

Marcelino Henrique Queiroz Botelho
Presidente
Sintracopo-MG